

ÁFRICA PORTUGUESA: CONSIDERAÇÕES SOBRE LITERATURA E IDENTIDADE CULTURAL

LUSOPHONE AFRICA: CONSIDERATIONS OF LITERATURE AND CULTURAL IDENTITY

Rosana Corrêa Lobo*

Resumo

Este estudo busca refletir sobre a construção das identidades nacionais através da literatura, focando no caso da literatura africana de língua portuguesa, que segundo o crítico Kwame Anthony Appiah parece oscilar entre o chamado “nativismo” e o “universalismo”. O ensaio procura argumentar que tanto o nativismo quanto o universalismo fazem parte de uma mesma arquitetura eurocêntrica e propõe, em sintonia com argumentos de Silvano Santiago, o caminho do meio.

Palavras-chave: África; Literatura; Identidade cultural.

Mais do que qualquer outra comunidade, as nações requerem para sua sobrevivência a construção de uma identidade coletiva, para contrabalançar os muitos elementos divergentes que todas têm de enfrentar. Construir essa identidade requer escrever e reescrever a história e com isso criar heróis nacionais, mitos, símbolos e alegorias, como afirma José Murilo de Carvalho no ensaio “Nação imaginada: memórias, mitos e heróis” (2003, p. 397- 398).

Embora as colônias portuguesas na África não se restrinjam a uma só nação, e sim a um conjunto de países com tradições, história e geografia diversas, há indícios de que as formas como essas comunidades produziram suas literaturas e

* Doutoranda em estudos da literatura pela PUC Rio.

começaram a construir seu imaginário nacional ao longo do século XX tenham muito em comum, como se tentará expor ao longo deste trabalho.

A primeiríssima dessas comunhões é a contingência de os autores dessas terras retalhadas arbitrariamente pela Europa terem que construir suas literaturas na língua dos colonizadores, o português sendo assim o instrumento de expressão de angolanos, moçambicanos, guineanos, açorianos, caboverdeanos e santomenses – o que não é pouco.

Em comum, vem depois a contradição, entre a propaganda do Império português, existente em todos eles, que prometia levar a civilização para os “selvagens” africanos, e uma realidade em que dominava o racismo, a exploração do outro e o sistemático apagamento da cultura local. Assim, se o consórcio harmonioso entre colonizador e colonizado vai dominar a primeira fase da literatura colonial (na primeira metade do século XX) na África portuguesa, após a Segunda Guerra, a produção literária local irá representar uma outra África, já bastante desgastada pelo processo colonial.

Também em comum, as colônias portuguesas africanas iniciaram suas lutas por independência em momentos próximos e por motivos semelhantes. Hoje em dia, elas se aproximam também na busca por uma africanidade, que, transmitida culturalmente, possa promover a coesão das nações que surgiam. Como bem define Vera Follain de Figueiredo, “a nação é uma invenção, não porque seja mentira, mas porque depende para sua existência de atos coletivos de imaginação, expressos através dos meios de comunicação: livros, jornais, panfletos, etc.” (FIGUEIREDO, 1999, p. 74).

Já no cenário pós-independência, a literatura africana (em geral), como constata o crítico Kwame Anthony Appiah, parece oscilar entre o chamado “nacionalismo literário” ou “nativismo” e o “universalismo”. A construção da identidade cultural na literatura africana de expressão portuguesa se assemelha, assim, a movimentos literários, de matrizes europeias, tão recorrentes nas formações das nacionalidades do século XIX. Dessa maneira, tanto o nativismo almejado por alguns escritores quanto o “universalismo” fazem parte de uma mesma arquitetura ocidental.

A COLONIZAÇÃO IMAGINADA

Quando os portugueses se lançaram na construção do império, Portugal formava um país pobre. Encerrado o período do périplo africano e da chegada à Índia, Portugal volta-se para o Brasil, onde concentra energias num segundo Império que se emancipa em 1822. A partir das cinzas do projeto brasileiro, Portugal aposta suas fichas para se refazer como potência colonial na África, como nos conta José Luís Cabaço em **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação** (CABAÇO, 2008, p. 92). A colonização concreta do continente começa a se consolidar na sequência da Conferência de Berlim, realizada em 1884, onde ficou definida a “partilha” do território africano entre os países europeus. Se o impulso colonial tinha motivações comerciais, a justificativa usada pelos dominadores, sobretudo pelos países católicos como Portugal, era a de uma “missão civilizadora” (Idem, p. 83).

Portugal formava, no início do século XX, o 3º maior império do mundo, atrás da Grã Bretanha e França. “Tudo isso obra daquele país pequeno e escassamente povoado, depauperado pela ignorância e má governação”, acusa Cabaço. O autor afirma ainda que será dessa contradição que se alimentará a presunção de uma “especificidade da colonização lusíada”. Para ele, a tensão entre a pequenez da pátria e a imensidão da tarefa imperial irá se resolver a partir da crença num “destino sobrenatural da pátria, na convicção de ser um povo escolhido com uma missão sagrada” (Idem, 92-98).

Na transição entre os séculos XIX e XX, os africanos eram definidos pelos missionários como pagãos e, como tal, necessitavam “salvar suas almas”. Dessa forma, a introdução da ideia de pecado, revelou-se muito eficaz na destruição do equilíbrio moral e cultural africano. O europeu era, assim, o sujeito do projeto civilizador e o africano o seu objeto.

Além da religião, o pensamento iluminista foi de grande serventia para justificar a colonização, pois defendia que “o caminho da salvação passava pela civilização ocidental” (Idem, p. 84). Logo, a condição do africano como selvagem precisava ser suprimida.

As ideias de Darwin em **A origem das espécies**, de 1859, sob o signo do evolucionismo unilinear, também caíram “como uma luva” para justificar a supremacia das comunidades brancas e europeias diante das comunidades negras e africanas, uma vez que os colonizados são vistos, numa leitura oportunista da teoria, como a presença dos antepassados dos colonizadores. Sendo assim, a civilização europeia era vendida como um degrau acima na evolução: “o modelo superior de progresso e, portanto, o ponto de referência classificatório” (Idem, p. 85).

As sociedades primitivas, representando o passado no presente, precisavam, então, ser suprimidas para o bem do progresso universal e para benefício dos povos atrasados. Trocando em miúdos: a ideologia colonial consistia na ideia de que “os indígenas precisavam de algo que só os portugueses poderiam dar, no que a colonização se torna assim uma dádiva” (VERA CRUZ, 2005, p. 57). Portugal se beneficia das riquezas de ultramar e os africanos da civilização e do progresso. Assim, os colonos passam a ser aceitos como “portugueses em projeto”, e a colonização como “o ponto de convergência que tornava comum o destino dos dois povos que a história fizera encontrar” (CABAÇO, 2008, p. 99).

Para domar a ameaçadora alteridade cultural do africano, os colonizadores terão como arma mais poderosa a pedagogia. A educação colonial completava o projeto de extirpar o colonizado da própria história e da tradição sociocultural, fazendo-o assumir os valores e os comportamentos da história de Portugal.

Como lembra Cabaço, na escola primária, em Moçambique, estudava-se até meados da década de 1960, em textos que se referiam à história e à geografia de Portugal. Visando a comprometer o universo da imaginação e mitificar a metrópole, o passado da África remontava às ‘descobertas’. Para o autor, era a tentativa de “alienação física do espaço sociocultural e da natureza que cercava a criança das colônias” (CABAÇO, 2008, p. 115). Sobre os escombros de uma terra outrora dinâmica, se construiu “a representação do indígena não como indivíduo, mas como ‘membro de uma tribo’, como membro de uma comunidade sem história, sem sentido de estado, sem economia, isto é, sem civilização.” (Idem, p. 117).

Foi através da alienação que o império português “civilizou” a África, produzindo povos que desconheciam suas próprias histórias. Não à toa, Cabaço, citando Davidson, afirma que a colonização foi um processo de “zumbificação” do homem. Ou seja, a produção de mortos-vivos, que, desprovidos de espírito e razão, têm apenas força para trabalhar. Dessa forma, o ensino colonial “produziu uma geração imersa na literatura dos colonizadores, uma literatura que amiúde refletia e transmitia a visão dos imperialistas”, como pontua Appiah (1997, p. 87).

A literatura produzida pela África colonial portuguesa na primeira metade do século XX teve importante papel na representação de um Portugal d’além mar, concebida pelo Estado Novo lusitano como centro de um império colonial. O Concurso literário da Agência Geral das Colônias, criado em 1933, para fomentar a propaganda do império português deu visibilidade a uma “África fascinante e exótica, plena de oportunidades, convertendo-se assim no que imaginariamente seria uma

terra-espelho da mãe-pátria, também ela imaginada como próspera” (RIBEIRO, 2004, p. 138).

O ponto de vista dos romances vencedores desse concurso era, em geral, imperialista e colonialista e apontavam “para a promoção do herói lusitano”, como em **Velo d’Oiro** (1933), de Henrique Galvão, ou **Terra esperança**, (1940), de Emílio Castelo Branco. Narravam histórias de caçadas numa África exuberante e cheia de mistérios, em que selvagens esperavam por portugueses que os haveriam de civilizar. Já os europeus eram retratados como o “exemplo do colono”, imbuído de uma “epopeia civilizadora” (Idem, p.137-138).

Como conta Cabaço, os primeiros contatos com a África portuguesa foram de espanto perante realidades exóticas, e os relatos dos primeiros viajantes falavam até com interesse das cidades e dos seus habitantes. No entanto,

passado o deslumbramento da surpresa e dissolvidos receios, a incompreensão do outro foi se estruturando, à medida que se configuravam as relações de dominação, num acumular de preconceitos fundamentados em aspectos sem correspondência nas próprias referências e que abriam vazios de identificação (CABAÇO, 2008, p. 100).

A colonização efetiva exigia um aparelho ideológico que legitimasse a dominação e a “superioridade” dos colonizadores. Sendo assim, tanto a política de assimilação, comum às colônias de “administração direta”, como a portuguesa e a francesa, quanto o Estatuto do Indigenato, criado em 1929, terão papéis significativos na construção da inferioridade do homem negro e na desqualificação do mulato. Como conta Elizabeth Ceita Vera Cruz, a partir deste estatuto desenvolveu-se a ideia do negro como primitivo, preguiçoso e indolente. Aliado ao domínio econômico, criam-se estereótipos culturais:

é preto, logo é indígena, como indígena que é, não é civilizado, como incivilizado ele fala língua de preto (língua não, dialeto), não tem religião (é supersticioso), não se rege pelo direito (mas pelo costume), não tem arte (mas sim folclore) (VERA CRUZ, 2005, p. 58).

Já a política de assimilação, vai consistir no abandono gradual, por parte dos colonizados, de suas práticas culturais e sociais e da apropriação da cultura do colonizador que seria mais “elevada”. Através de sucessivos decretos, Portugal vai se empenhar na missão de produzir “não indígenas” ou os chamados “assimilados”, que ao contrário dos indígenas passariam a gozar dos mesmos direitos dos colonos.

No entendimento de José Luís Cabaço, a política de assimilação foi um projeto de genocídio cultural, uma vez que, em momento algum ela representou a integração do colonizado como membro da comunidade portuguesa da colônia. O ritual de passagem constituía-se numa dupla separação: afastava o assimilado do indígena e ao mesmo tempo diferenciava-o do colono branco. Formavam uma classe intermediária entre dominador e dominado. Eles eram os outros tanto para os indígenas quanto para os colonos. Embora buscassem uma vida menos insuportável, continuavam socialmente marginalizados (Cf. CABAÇO, 2008, p. 108-113). A primeira fase da literatura colonial, como a produzida por Henrique Galvão e Emílio Castelo Branco, não tocava na questão da segregação racial. Nesse período o africano (fosse ele indígena ou assimilado) era tratado como “paisagem”.

Aproximando-se da segunda metade do século XX, começa a se consolidar na literatura produzida na colônia, ou sobre ela, a ideia de que a África não era a “imagem-espelho” de Portugal traçada pelo Estado Novo. Autores como Castro Soromenho, Alda Espírito Santo e José-Augusto França começam a apontar para as ambiguidades da ideologia colonial do Estado Novo, mostrando ao mundo uma outra África. Seus romances se distanciam da mera representação da cor local, dando ênfase a uma dimensão mais “polifônica do mundo colonial” (RIBEIRO, 2004, p. 141-143).

A partir dessa produção literária, os africanos deixam de ser representados como “criaturas inocentes a espera da ação civilizadora portuguesa” e os colonos deixam de ser os “heróis agentes de uma civilização” (Idem, p. 143). Mais do que o continente das aventuras e mistérios, a África passa a ser vista, por Alda Espírito Santo, como o lugar do abandono. “Eu não vejo essa África. Vejo a África real e abraço no meu problema os luares escondidos dessa terra prodigiosa, de séculos de esquecimento”, como diz em **Luares da África**, publicado na revista **Mensagem**, de 1949 (Cf. RIBEIRO, 2004, p. 145).

Está dada a largada para a construção de uma visão mais multifacetada do continente, diferente da construída durante o Estado Novo português. Ganham visibilidade romances que denunciam as fraturas da colonização, mostrando uma África habitada por um grupo de gente brutal “amargurada, sem esperança, impotente na sua revolta”, em tensão com negros miseráveis e mulatos – olhados pelos brancos como uma raça que não prestava e pelos negros com desconfiança (RIBEIRO, 2004, p. 147).

Calafate explica que essa produção literária que começa a ganhar corpo vai funcionar como sinal de alerta de uma situação que o tempo revelará insustentável

culminando nos movimentos de independência. Assim, juntamente com um difuso movimento de africanidade; o fim da Segunda Guerra Mundial e o estremecer do regime na sequência da vitória dos aliados; após Bandung (1955, em que imperialismo e racismo passam a ser considerados crimes) e o início dos movimentos de descolonização subsequentes, Portugal vai perder qualquer centralidade na literatura produzida na África portuguesa (RIBEIRO, 2004, p. 151).

O resgate da “africanidade”

As duas grandes guerras que assolaram a Europa durante a primeira metade do século XX deixaram as potências colonizadoras sem condições para manterem o domínio econômico e militar sob suas colônias. Estes problemas, associados a um movimento independentista, que tomou uma forma mais organizada na já citada Conferência de Bandung (1955), levou as antigas metrópoles a negociarem a autonomia de suas colônias.

A independência das nações africanas sob o domínio português inicia-se em 1973 com a declaração unilateral da República da Guiné Bissau, que foi reconhecida pela comunidade internacional, mas não pela metrópole. As demais colônias portuguesas ascenderam à independência em 1975, na sequência da Revolução dos Cravos, um ano antes, que trouxe a democracia de volta a Portugal.

Com isso, as nações africanas vão uma a uma redefinindo suas identidades e nesse momento, políticos e escritores têm novamente a literatura como um importante aliado. Agora não mais para narrar a grandiosidade do Império, ou para denunciar o desgaste das relações coloniais, mas numa missão de “resgate da africanidade”.

A geração de intelectuais formada na Europa e que voltou para “casa” para criar a nova África pós-colonial vai se agarrar à ideia de raça e “pan-africanismo”¹. Segundo o crítico Kwame Anthony Appiah, eles “não precisavam discutir ou analisar a raça. Ela era a noção que os havia unido, para começar” (APPIAH, 1997, p. 24).

Segundo o autor, a maioria retirou de sua estada na Europa não um ressentimento em relação à cultura branca, mas o sentimento de que, como africanos tinham muito o que compartilhar. Tomaram como verdadeiro que “esse sentimento

¹ O afro-americano Alexander Crummell, em 1860, inaugura o discurso do “pan-africanismo”, que pensava a África como um povo único unido pela raça.

comum estava ligado à sua ‘africanidade’ compartilhada e, em sua maioria aceitaram a visão europeia de que isso significava sua raça comum” (Idem, p. 28).

O crítico acredita, no entanto, que os povos deste continente têm muito menos em comum do que se costuma supor: “nada é mais impressionante do que a extraordinária diversidade dos povos da África e suas culturas” (Idem, p. 48). Para ele tanto a ideia de África como algo uno e homogêneo quanto as “tradições africanas” seriam fruto da “invenção” dos colonizadores:

ironicamente, para muitos intelectuais africanos contemporâneos, essas tradições inventadas adquiriram agora o *status* de mitologia nacional e o passado inventado da África passou a desempenhar um papel na dinâmica política do Estado moderno (APPIAH, 1997, p. 95-96).

Assim a invenção da “africanidade” deveria ser entendida como um sub-produto do racismo europeu, e não como uma autêntica comunhão cultural. Ao lembrar Fanon, o crítico afirma que o negro nunca foi tão negro quanto a partir do momento em que foi dominado pelos brancos (Idem, p. 96).

O próprio nome do continente também é uma instituição europeia: de acordo com a Enciclopédia Mirador (1992, p. 144), o étimo África só prevaleceu sobre o de Líbia (a África conhecida dos gregos – basicamente o Egito e a Etiópia) para designar todo o continente, no fim do século XVI, ou seja, a partir das grandes navegações comandadas pelos colonizadores portugueses.

Ainda hoje, o que se entende por África portuguesa é produto dos laços criados pela colonização. Comunidades que nunca foram unidas, como é o caso de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, mas que outrora foram pensadas como extensão do território português, ainda são imaginadas como fraternas. Os retornados africanos, no resgate por uma identidade “autêntica”, que pudesse concorrer com a do colonizador, trouxeram, então, para o centro da produção literária e intelectual, o tema da raça negra, os conceitos de africanidade e ancestralidade. Como durante séculos a capacidade de os negros contribuírem para as “artes e as letras” foi sistematicamente negada, Appiah acredita que, em resposta a essa longa linha de invectivas contra os negros, muitos dos escritos publicados por africanos e seus descendentes versa tematicamente sobre questões raciais. O autor lembra que “mesmo no iluminismo, que enfatizou a universalidade da razão, Voltaire, na França, Hume, na Escócia, e Kant, na Alemanha, assim como Jefferson

no Novo Mundo, negaram a capacidade literária das pessoas de ascendência africana.” (Idem, p. 88).

Contemporaneamente, ele vê na literatura a formação de um discurso de resistência, uma vez que os súditos descolonizados escrevem como sujeitos de uma literatura própria. O simples fato de escrever para e sobre si mesmo tem uma profunda significação política e “ajuda a constituir a moderna comunidade da nação ainda que em língua imposta pelo ‘poder das legiões’” (Ibidem).

No entanto, a literatura africana contemporânea, para o autor, oscilava entre duas correntes: a dos nativistas, que procura resgatar essa “africanidade” – correndo o risco de cair num “exotismo artificial como as quinquilharias para turistas” – ou entre a corrente “universalista” – que via a identidade cultural africana como herdeira de uma tradição ‘universal’ das artes e letras.

Funcionando nesse binarismo do dentro e do fora, nativo e estrangeiro, tradicional e universal, tanto o nativismo, quanto o universalismo (que para ele não passa de um eurocentrismo) habitam uma mesma arquitetura ocidental, pela qual nós brasileiros também passamos. No período de formação da nossa nacionalidade e consolidação do Estado nação, nossa literatura, por sua vez oscilou entre José de Alencar, representando o lado nacional, e Joaquim Nabuco, encabeçando o lado “universal”.

Ainda de acordo com o especialista, o intelectual nativista africano corre o risco de cair numa busca banal pelo “exotismo”. Querendo se ligar ao povo, que seria o “guardião das verdadeiras tradições”, ele acaba se apoderando apenas “de sua roupagem externa”, assumindo uma atitude “fetichista para com os costumes, o folclore e as tradições vernaculares de sua gente”, além o que “esquecer a Europa é eliminar os conflitos que moldaram nossas identidades” (Idem, p. 95; 110).

Ele argumenta, por fim, que não nos devemos deixar levar pela ideia sentimentalista de que o povo se agarrou a uma tradição nacional nativa: “também no plano da cultura popular, a moeda corrente não é remanescente de um fluxo contínuo de tradições”. Na verdade, como a maioria das culturas populares na era da produção em massa, ela dificilmente chega a ser nacional (Idem, p. 92).

Como sintetiza Stuart Hall em seu importante estudo **A identidade cultural na Pós-modernidade**, nesse mundo de fronteiras dissolvidas, a categoria de identidade passa a ser problemática: há um deslocamento dos antigos conceitos de identidades nacionais, centradas, fechadas, rumo a novas formas de identificação

menos fixas e unificadas. E lembra: “Somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.”(HALL, 2006, p. 13).

Complementando a ideia de Appiah, para quem a literatura africana contemporânea oscila entre um nativismo e um universalismo questionáveis, o crítico brasileiro Silvano Santiago, no artigo “Primeira pessoa do singular”, publicado no suplemento Sabático, de **O Estado de S. Paulo** (30/10/2010), consegue ver um caminho do meio. Ao falar sobre uma coleção de ensaios do escritor nigeriano Chinua Achebe, **The education of a british-protected child** (Anchor Books, 2010), ele aponta traços salientes de sua obra, como sendo um autor que evita o discurso feito sobre o colonialismo britânico na África.

Ao escrever sobre o presente, de maneira desdramatizada e desespetacularizada, diz Santiago, Achebe adentra pelo “notável manancial do saber ibo que retém e pela língua do colonizador, em que se formou e expressa sua identidade”. Assim como o Português é o instrumento de que os escritores das antigas colônias portuguesas, aqui incluídos os brasileiros, têm que se valer. Ao optar pelo “lugar do meio”, essa escrita evitaria a altissonante ameaça do “Caminho único da Verdade e da única Vida”, que marcou tanto a própria colonização, quanto parece marcar a contemporânea busca por uma “africanidade” perdida.

Abstract

This study's aim is to reflect upon the construction of national identities through literature focusing on the Lusophone literature, which, according to the critic Kwame Anthony Appiah, seems to oscillate between the so called “nativism” and “universalism”. The essay argues that both nativism, and universalism are part of the same eurocentric architecture, and it proposes, along with Silvano Santiago's arguments, something in between.

Keywords: África; Literature; Cultural identity.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CABAÇO, José Luís. Assimilar para não mudar. In: **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARVALHO, José Murilo. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto. Org. **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 395-418.

Enciclopédia Mirador Internacional. Brasil: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1992.

FIGUEIREDO, Vera Follain. Central do Brasil: Em busca da terra prometida. **Cinemais**, n. 15, jan, / fev. 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RIBEIRO, Margarida Calafate. A construção da imagem do império africano na literatura. In: **Uma história de regressos: Império, guerra colonial e Pós-colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SANTIAGO, Silviano. Primeira pessoa do singular. Sabático, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 2010.

VERA CRUZ, Elizabeth Ceita. Enquadramento teórico. Colonialismo e colonização: o caso português. In: **O estatuto do indigenato – Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa**. Luanda: Ed. Chá e Caxinde, 2005.